

AJEUN:¹ NOVAS PERSPECTIVAS PARA A GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

TRIBUTO À MULHER NEGRA

BOLETIM INFORMATIVO ESPECIAL

da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
da Presidência da República para a
3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional



Foto: Divulgação MDS

Ritual da
alimentação no
2º Seminário
de SAN e
Populações
Negras

O objetivo deste boletim é partilhar com as/os participantes da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional reflexões sobre o direito humano à alimentação (DHAA) e a superação do racismo e sexismo, dentre outras mazelas que atingem a humanidade, bem como render tributos à Mulher Negra pela sua importância incontestável em relação à nutrição, por ser aquela que gestou e tem papel fundamental na construção/manutenção da sociedade brasileira, papel este que carece de reconhecimento, ainda. É, segundo Lélia Gonzáles, “ (...) toda uma *história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral ...*”.

Falar em segurança alimentar e nutricional implica em assumir os postulados de religiosidade de matriz africana, que respeita o alimento e o considera como direito imanente do ser humano: a mesa farta da qual necessariamente todas e todos tomam parte, posto que provida por Oxóssi, Senhor do alimento, da fartura, o Grande Provedor do corpo e do espírito. *Oké Arô! Aro lê!*

É defender o Direito Humano à Alimentação, a promoção dos direitos das Mulheres Negras, a promoção da igualdade racial.

Assim, façamos o que há para ser feito, refazendo e apontando caminhos.

¹ Ajeun, palavra em Yorubá que significa **comida**, nos remete à importância do ato de comer para as comunidades de Religião de Matriz Africana. Nas Casas e Terreiros este é um ritual do qual todos e todas podem participar.

Toda Pessoa tem direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Isso é Segurança Alimentar e Nutricional. Deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região.

Documento Base da **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**

A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) é organizada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea² e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Realizada na cidade de Fortaleza (CE), no período de 3 a 6 de julho de 2007, tem por tema **“Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar”** e indica diretrizes e prioridades da Política Nacional e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, já que este “... constitui objetivo estratégico para o desenvolvimento com abrangência intersetorial, que se orienta pelos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável e da Soberania Alimentar.”³

Diferentes são as implicações e desdobramentos de uma política alimentar adequada e pautada na soberania alimentar de cada povo. No caso do brasileiro, as dimensões continentais, a diversidade cultural e populacional, o desenvolvimento político e econômico, o racismo – enquanto fator estrutural e estruturante das relações sociais – as hierarquias e subordinações de gênero, a homofobia, dentre outros fatores, são imprescindíveis na análise do alcance e da efetivação dessa política. Desde o modelo político proposto para o desenvolvimento econômico e macro econômico, passando pela elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas e desembocando na consolidação de uma nação democrática, a garantia da segurança alimentar e nutricional deve ser pautada em diferentes instâncias.

Quando avaliada sob a ótica da especificidade populacional, são diversos os aspectos que incidem diretamente na garantia dos direitos básicos para uma vida saudável e soberana. Essa especificidade pode ser retratada a partir das questões de *gênero* – a questão da igualdade de direitos entre mulheres e homens; *raça* – a diferença da qualidade de vida de acesso a bens e serviços entre negros e brancos; *regionalidade* – o acesso aos mecanismos e direitos cidadãos independente do estado, município ou região onde se vive; *geração* – a garantia de direitos básicos para uma vida saudável e soberana para crianças, jovens, adultos, idosas e idosos;

orientação sexual – a violação dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis. Nas diferentes realidades vividas por todas e todos a discriminação e estigmatização devem, necessariamente, ser considerados como pontos de reflexão na elaboração de políticas públicas, um dever do Estado e direito básico de cidadania. Tais políticas devem sempre ser calcadas na compreensão sobre o vínculo inequívoco entre democracia inclusiva e participativa e a luta contra o racismo, a discriminação racial, étnica e de gênero e todas as formas correlatas de intolerância.

“... Fiz a comida. Achei bonito a gordura frigindo na panela. Que espetáculo deslumbrante! As crianças sorrindo vendo a comida ferver nas panelas. Ainda mais quando é arroz e feijão, é um dia de festa para eles.”

Carolina Maria de Jesus – *Quarto de Despejo*

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

As décadas de 1980 e 1990 foram palco de reivindicações de diferentes matizes. Nesse período, os movimentos sociais foram *locus* de combate às várias formas de desigualdades e de luta por políticas públicas equitativas. No caso específico dos Movimentos de Mulheres e dos Movimentos Negros, os embates resultantes desse processo apontaram necessidades da inclusão de gênero e raça na pauta política e econômica nacional. Não bastava apenas dizer que “Todos são iguais perante a Lei”⁴, mas era preciso reconhecer a diversidade da população e garantir a equidade no acesso a bens e serviços.

No caso específico do Movimento Negro, as últimas décadas e, especificamente, os últimos anos têm sido de visibilidade para a condição real de vida de mulheres negras e de homens negros. A inserção desta temática em instâncias governamentais possibilitou uma sensibilização para a necessidade de aperfeiçoamento do aparelho do Estado, de forma a incluir grupos historicamente discriminados.

2 O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para a área da alimentação e nutrição.

3 Documento Base da **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**.

4 Artigo 5º da Constituição da República de 1988.

EXPEDIENTE

O boletim informativo **Ajeun** é uma publicação especial da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, com o apoio do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM Brasil e Cone Sul para a 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Jornalista responsável:
Isabel Clavelin
(MTB/RS 11.512)

Projeto Gráfico:
Ribamar Fonseca
(Supernova Design)

Tiragem:
3 mil exemplares

Junho de 2007

TEMÁTICA RACIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

Na relação desta realidade com a segurança alimentar e nutricional, destacamos a criação da **Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras** – CP2, pelo Consea em maio de 2004, com o intuito de incorporar a temática racial à construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A discussão sobre políticas de segurança alimentar e nutricional sob o eixo étnico/racial tem ocupado um espaço privilegiado no contexto nacional e internacional, considerando a inserção da População Negra no âmbito das ações governamentais como protagonista da construção de uma sociedade igualitária que busca, a partir de seu patrimônio afrodescendente, desenvolver estratégias de superação das desigualdades, combater as diversas formas de exclusão social, bem como assegurar o Direito Humano à Alimentação.

São inúmeros os indicadores sociais que constatarem a desigualdade racial como fator preponderante de geração de insegurança alimentar, além de contribuir para a fragilidade e precariedade da situação socioeconômica da população negra. O preconceito, a discriminação racial e de gênero e o racismo permeiam as relações sociais e individuais, o funcionamento das instituições e, avaliados sob o foco do desenvolvimento social, político e econômico, se configuram como entrave ao desenvolvimento das potencialidades de cidadãos e cidadãs no pleno progresso socioeconômico e na consolidação da democracia em nosso país.

Faz-se necessário incluir a perspectiva de gênero, a partir da realidade das mulheres negras oriundas das Comunidades Quilombolas, Comunidades de Terreiro e dos Movimentos de Mulheres Negras, no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional. É preciso ressaltar as diversas vivências históricas dessas mulheres de forma a reconhecer seu papel na sociedade brasileira enquanto responsáveis pela manutenção do bem-estar da família, equilíbrio físico e mental; e na administração dos recursos sociais, econômicos e políticos da comunidade – todo este processo temperado, cozido, nutrido pela alimentação tradicional. A reflexão do papel das mulheres negras na sociedade e em diferentes comunidades contribuirá para a desconstrução do racismo/sexismo, e, conseqüentemente, permitirá a consolidação de estratégias pautadas na igualdade de direitos, no direito de ser.

COTAS RACIAIS

A Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras – CP2 juntamente com os Conseas Estaduais e as lideranças das comunidades tradicionais negras, aprovou no Conselho Nacional, a cota para negros na III CNSAN. Esta ação concreta tem por objetivo estimular o trabalho conjunto entre o poder público e sociedade civil na continuidade de identificação, seleção das necessidades e prioridades das diversas populações negras no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional e, sobretudo, propor

políticas públicas de inclusão social utilizando a Cultura Negra como elemento norteador de efetivação da cidadania. Esta conquista possibilitará a reversão não apenas no acesso ao sistema alimentar e nutricional, mas em todos os seus processos: produção, distribuição, acesso e manutenção do direito humano à alimentação adequada e saudável (DHAA) e da soberania alimentar, sob as perspectivas sociais, políticas, culturais e econômicas da nação brasileira.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional propõe, em seu documento base, as seguintes diretrizes:

1. **Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável.**
2. **Estruturar sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.**
3. **Instituir processos permanentes de educação e capacitação em segurança alimentar e nutricional e direito humano à alimentação adequada.**
4. **Ampliar e coordenar as ações de segurança alimentar voltadas para grupos populacionais.**
5. **Fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado as demais políticas de segurança alimentar e nutricional.**
6. **Promover a soberania e segurança alimentar e nutricional em âmbito nacional.**

Para a eficácia dessas diretrizes é preciso considerar a diversidade da população brasileira, mulheres e homens, brancos e negros, moradores de meios urbanos e rurais.

A Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras – CP2 entende que o Consea está vivendo um momento ímpar, assim como estados e municípios, na construção desse processo. Neste caminho, são diversas as parcerias – governamentais; não governamentais; nacionais, internacionais; locais, regionais, etc. – que podem consolidar este espaço como uma democracia participativa e inclusiva.

Nesta Conferência importantes passos serão dados para fortalecer a reflexão sobre a especificidade e o respeito à diversidade da população brasileira, pois, somente assim, será possível implementar uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional equitativa, abrangente e justa. Esta reflexão também será fundamental para a adoção de medidas de ações afirmativas e de discriminação positiva direcionadas à comunidade negra, em especial mulheres negras, de forma a enfrentar as diferentes barreiras e constrangimentos para o pleno exercício do direito humano à alimentação, conforme compromissos assumidos pelo Estado brasileiro com o Plano de Ação de Durban e reiterados na Conferência Regional das Américas – CRA – Avanços e Desafios no Plano de Ação contra o Racismo, Discriminação racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas.

DESIGUALDADE RACIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

No Brasil, os negros são quase duas vezes mais atingidos pela insegurança alimentar do que os brancos, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004. Entre os 10% mais ricos, apenas 18% são negros (pardos ou pretos). Já na parcela dos 10% mais pobres, 71% são negros, conforme dados do Ipea, com base na PNAD.

Essa realidade aponta que a igualdade racial é um dos caminhos fundamentais para assegurar o direito à alimentação e nutrição para todos os brasileiros. As iniciativas se orientam em ações de caráter estrutural, que busquem remover os elementos geradores da pobreza e da insegurança alimentar dela decorrente; e ações emergenciais, que satisfaçam de forma imediata carências alimentares mais extremas das pessoas em condições de maior vulnerabilidade.

O Estado deve executar políticas públicas de segurança alimentar que venham a garantir o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer as outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares, promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (II Conferência de SAN, 2004). Essa perspectiva foi reafirmada por meio da Lei n. 11.346/06, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

AÇÕES DA SEPPIR

A visibilidade para a segurança alimentar e nutricional da população negra foi trabalhada no projeto “Cultura Negra e Religiões de Matriz Africana”, que envolve uma série de ações promovidas ou apoiadas pela Seppir, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Social, Consea, Fundação Cultural Palmares, entre outros parceiros.

Uma das ações mais expressivas, o “Caruru do Vunji”, aconteceu em 2004 na Comunidade Quilombola de Kaonge, no Recôncavo Baiano. A iniciativa,

conjugada com o Programa Brasil Quilombola, celebrou a cultura afro-brasileira, reunindo religiosidade, culinária, música e o orgulho das origens negras, marcando as datas Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro), Dia da Criança (12 de outubro) e o Dia de Cosme e Damião (27 de setembro).

Ao longo de 2005, inúmeras atividades em comunidades de terreiros em Salvador tiveram por objetivo aumentar o conhecimento dessa realidade e rever as estratégias dos programas governamentais. Destacam-se as ações desenvolvidas, especialmente, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incrá e Ministério de Minas e Energia.

TERREIROS E QUILOMBOS

As comunidades quilombolas e de terreiros são priorizadas no programa de distribuição de cestas de alimentos devido ao processo de exclusão social sofrido por esses grupos desde o fim do regime escravocrata.

A partir de ação realizada com 150 comunidades quilombolas que fazem parte do Programa Fome Zero, vinculadas ao convênio celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Fundação Cultural Palmares, foram definidos os critérios para ingresso no programa: maior número de famílias, com foco na quantidade de filhos de zero a seis anos; dificuldade de acesso em relação à sede dos municípios; e menor renda per capita.

Além do caráter emergencial, essas ações representam o reconhecimento – pela primeira vez na história do país – da função social das comunidades de matriz africana e sua capacidade de irradiação das políticas públicas.

“Somos a primeira comunidade quilombola do estado do Amapá já reconhecida pela Fundação Palmares. Minha mãe agradece ter participado do 2º Seminário realizado em Salvador. Ela ficou muito feliz de encontrar pessoas bacanas e populares. Foi bem tratada e respeitada pelas pessoas que lá se encontravam”.

Rossilda Joaquina da Silva, quilombola de Curiaú (AP) participante do 2º Seminário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para as Populações Negras, novembro de 2006, em trecho de carta escrita por sua filha Leoneide enviada à Seppir.

Foto: Kléber Araújo



Caruru do Vunji estimulou a interface das tradições do povo negro e novas gerações

SEMINÁRIOS SAN E POPULAÇÕES NEGRAS

O 1º Seminário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para as Populações Negras aconteceu em Brasília, em outubro de 2003, e envolveu mais de uma centena de representantes da comunidade negra, especialistas e estudiosos. Durante este seminário foram discutidos vários aspectos dos problemas que afetam a população negra no país. A iniciativa foi promovida pelo Consea com o apoio da Seppir, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Centro de Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade (Ceert).

Em novembro de 2006, ocorreu o 2º Seminário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para as

Populações Negras. Mais de 250 participantes contribuíram com diversas pautas: religião, saúde, trabalho, cultura, direitos humanos, educação, desenvolvimento e o direito à alimentação adequada. O seminário também foi promovido pelo Consea, tendo apoio da Seppir, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre outros órgãos federais e locais.

Esses espaços tornaram-se importantes mecanismos de escuta e articulação das demandas da população negra em relação à segurança alimentar e nutricional. Avaliando avanços e patamares a serem conquistados, os seminários encaminharam questões para a 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a fim de consolidar e atender as demandas da população negra.

Foto: Divulgação MDS



Mãe Celeste, vodunsirre da Casa das Minas, no 2º Seminário de SAN e Populações Negras

Religiosos de matriz africana no 2º Seminário de SAN e Populações Negras



Foto: Divulgação MDS

“Muitas pessoas que frequentam os terreiros precisam de ajuda material, porque tem salário baixo, dois ou três filhos. Cada oportunidade que a gente tem, ajudamos o nosso povo. A alimentação chegou em boa hora através das 34 cestas que distribuímos. Fazemos as coisas para não acabar com tudo e temos que continuar a organização para os que vêm atrás também façam a sua parte”.

Maria Celeste dos Santos, conhecida como Mãe Celeste, é vodunsirre do terreiro Querebentan de Zomadônu Casas das Minas – tradicional terreiro Mina e Jejê - de São Luís (MA).

MOBILIZAÇÃO NEGRA PARA A 3ª CONFERÊNCIA DE SAN

COTAS RACIAIS ASSEGURAM REPRESENTAÇÃO

A garantia de representação de setores da população negra e povos indígenas na 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foram asseguradas pela reserva de vagas para negros, comunidades de terreiro, quilombolas e indígenas. Do total de 1,4 mil delegados, eleitos nas conferências estaduais, 291 são afro-brasileiros.

Para a coordenadora da Comissão Permanente II de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras, Ana Lúcia Pereira, conselheira do Consea, essa medida possibilitou que comunidades tradicionais e urbanas fossem valorizadas pela sua mobilização comunitária. Ana Lúcia também ressaltou que a diversidade foi gradativamente construída e é o caminho para atender um maior número de pessoas. “A diversidade vai se tornar prática. Negros urbanos, comunidades de terreiro e quilombolas passam a ter mais espaço de intervenção, reivindicação de cidadania e controle social”, disse.

MULHERES NEGRAS SOMAM 106 DELEGADAS

Os relatórios preliminares de avaliação dos dados da 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional revelam a participação de 106 delegadas negras, como resultado da reserva de cotas raciais. É a vez das mulheres negras quilombolas, de comunidades de terreiros e de centros urbanos incidirem com a sua visão da realidade na formulação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

OFICINAS DE GÊNERO, RAÇA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Compreendidas nas atividades integradoras da 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as oficinas organizadas pelo Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) e APNs (Agentes da Pastoral Negros) oportunizarão reflexões, acúmulos de conteúdo e trocas de experiências nas temáticas de gênero, raça e economia solidária. Estão programadas para o segundo dia da conferência, 4 de julho, das 18h30 às 20h30 no Centro de Convenções de Fortaleza. Confira e agende-se!

Unifem

Oficina: Gênero e Segurança Alimentar e Nutricional: o protagonismo histórico das Mulheres Negras

Objetivo: Possibilitar uma reflexão acerca da importância de incluir a perspectiva de gênero, a partir da realidade das mulheres negras oriundas das comunidades quilombolas, comunidades de terreiro e do movimento de mulheres no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional. Também visa garantir essas experiências no processo de consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como na construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Segurança Alimentar.

Metodologia: Apresentação de dados qualitativos e quantitativos sobre a condição de vida das mulheres negras e de ações desenvolvida por estas mulheres em diferentes espaços da sociedade civil e organizações do movimento de mulheres negras; levantamento, junto ao grupo, de indicadores para o reconhecimento do protagonismo das mulheres negras no processo de segurança alimentar e nutricional; e construção de estratégias conjuntas de fortalecimento de participação política das Mulheres Negras por meio da autonomia e controle social.

APNs

Oficina: Economia Solidária, Segurança Alimentar e População Negra

Objetivo: Incorporar a temática racial à construção da Política de Segurança

Metodologia: Fomento de debates e socialização de conteúdos acerca dos princípios da Economia Solidária: posse coletiva de meios de produção, distribuição, gestão democrática e preocupação com o meio ambiente, aproveitando a capilaridade das comunidades tradicionais.

“Avalio como positivo o processo de construção da população negra dentro da estrutura do Consea. A população negra não é só beneficiária, mas também construtora das políticas públicas na área de segurança alimentar e nutricional. Lembro de um comentário do quilombola Ananias, de Kaonge [no ato Caruru de Vunji] que dizia: ‘a política para quilombos se traduz em terra, terra, terra; senão fome, fome, fome’. Essa fala ilustra a conjugação necessária da política de igualdade racial e segurança alimentar e nutricional”.

Matilde Ribeiro, ministra da Seppir, que também se fez presente e atuante nos 1º e 2º Seminários Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e Populações Negras.

INFLUÊNCIA AFRICANA NA MESA DOS BRASILEIROS

Como legado de um processo violento de escravização, os africanos deixaram marcas positivas na cultura nacional e também na mesa dos brasileiros. Desde a chegada ao Brasil, a criatividade africana se desenvolveu no modo de preparo e tempero de alimentos, na introdução de ingredientes na culinária brasileira e no aproveitamento de vegetais e carnes até então descartados pela gastronomia colonial.

À frente das cozinhas coloniais, as mulheres negras imprimiram o sabor ancestral nas refeições e diversificaram o cardápio alimentar com leguminosas e hortaliças, frutos do mar e carnes de animais da fauna brasileira, a que tinham acesso na caça.

Além do preparo das refeições, o trabalho africano e afro-brasileiro tiveram ação determinante na diversificação da lavoura e na criação e abate de animais para o consumo.

A alimentação saudável no Brasil também tem influência africana pela preferência dos assados em vez de frituras e pela modificação de receitas portuguesas e indígenas ao paladar africano, tornando-as mais ricas na composição de nutrientes. Esta concepção denota outros significados para uma cadeia composta por situação de *alimentação, nutrição, socialização e processos de saúde e doença* entre os membros das comunidades afrodescendentes.

SEGURANÇA ALIMENTAR E LEGISLAÇÃO

Tramita no Congresso Nacional o projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (PL 6047/2005), o qual pretende garantir o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

CONSEA E POPULAÇÃO NEGRA

Criada em 2004, a Comissão Permanente II de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras tem como objetivos: incorporar a temática racial à construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); potencializar e divulgar ações desenvolvidas na área de SAN; fortalecer a produção e comercialização de alimentos por populações quilombolas; e aproveitar a capilaridade das comunidades religiosas de matriz africana. Os trabalhos se concentram na situação da população pobre e indigente, quilombola e comunidades religiosas de matriz africana.

Compõem a Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras: Agentes de Pastoral Negros, Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu, Maria Mulher Organização de Mulheres Negras, Seppir, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério das Relações Exteriores.

Contato: conseapopnegra@consea.planalto.gov.br

“A Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras (CP2) cumpre o seu papel dentro do Consea ao dar visibilidade às questões específicas da população negra e ao propor políticas que causaram impacto nas condições de vida das comunidades quilombolas e comunidades religiosas de matriz africana. Não existe segurança alimentar e nutricional no Brasil se a questão étnico-racial não for pautada e enfrentada. A pedra está lançada!”

Ana Lúcia Pereira

é coordenadora da CP 2 e conselheira do Consea pela Agentes de Pastoral Negros do Brasil.



Foto: Divulgação MDS

Mameto de Inquice
no 2º Seminário de SAN e
Populações Negras

“Me chamou a atenção o fato de o governo e o Consea acolherem e reconhecerem que os negros estão entre os mais pobres e incorporarem de verdade o componente afro-brasileiro no programa. O corte étnico-racial tem uma conexão verdadeira com as condições de alimentação e tem potencial de alterar a realidade das desigualdades raciais”.

Cida Bento, coordenadora do CEERT (Centro de Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade), é homenageada da 3ª conferência por ter incentivado a inserção da população negra na agenda segurança alimentar e nutricional.

**Secretaria Especial de
Políticas de Promoção
da Igualdade Racial**



Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 9º andar, sala 909
CEP 70054-900 – Brasília/DF
Tel: (61) 3411-4977 – Fax: (61) 3226-5625
e-mail: imprensa.seppir@planalto.gov.br
www.presidencia.gov.br/seppir



Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM Brasil e Cone Sul

Programa Regional de Incorporação das Dimensões de equidade de Gênero, Racial e Étnica nos programas de combate à pobreza em quatro países da América Latina

EQSW, 103/104, Lote 1, Bloco C, 1º andar – Setor Sudoeste
CEP 70670-350 – Brasília/DF
Tel: (61) 3038-9280 – Fax: (61) 3038-9289
e-mail: ines.barbosa@unifem.org
www.unifem.org.br